

# SÁNCHEZ, Carlos. *La increíble y triste historia de la sordera*. Merida, Venezuela: CEPROSORD, 1990.

---

Sueli Fernandes<sup>1</sup>

## Aproximações com a obra e o autor

Denúncia e resistência. Esses são elementos que emergem da leitura da obra revolucionária de Carlos Sánchez para aqueles que se dedicam a conhecer e se relacionar com a surdez e os surdos. Os adjetivos escolhidos para nomear o título do livro “*increíble y triste*” refletem sua indignação sobre o que representou mais de um século de opressão e apagamento das diferenças surdas no cenário mundial durante o reinado do oralismo como política educacional hegemônica a partir do século XIX. É de fato “*increíble*” que os surdos tenham sido silenciados em suas manifestações culturais, linguísticas, artísticas, em nome de uma suposta superioridade logocêntrica ouvinte. É “*triste*” que tenhamos que narrar e registrar essa história, demonstrando a falência do ser humano em reconhecer humanidade naquilo que não seja forjado à imagem e semelhança do que é considerado normal.

Carlos M. Sánchez García é médico, Doutor em Medicina, com especializações nas áreas de Pediatria, Psiquiatria Infantil e *Educación mención Lectura*. A despeito de sua formação clínica, foi na educação de surdos que se destacou como uma grande referência acadêmica e profissional. No período entre 1984 e 1994, esteve à frente da *Asesoría de la Dirección de Educación Especial del Ministerio de Educación* de Caracas, na Venezuela, quando promoveu mudanças estruturais na educação de surdos do país, em uma cruzada sem precedentes contra o Oralismo e seus efeitos nefastos na vida dos surdos.

Seu consistente e arrojado posicionamento de ruptura com as práticas clínicas na educação de surdos na Venezuela atravessou fronteiras e estendeu-se

<sup>1</sup> Doutora em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Linguística (UFPR), Professora do Setor de Educação da UFPR e pesquisadora na área de educação de surdos, Brasil.

a outros países latino-americanos como Uruguai, Colômbia, Brasil, Equador, Cuba, Argentina, Chile e México, nos quais prestou consultoria na área de educação de surdos.

O livro, objeto de nossa atenção nesta resenha, é apenas uma das inúmeras publicações em que Sánchez se dedica a problematizar as práticas colonizadoras a que foram submetidos os surdos no último século. *La increíble y triste historia de la sordera. educación de surdos* inaugura um inovador e profícuo território discursivo na educação de surdos, promovendo uma ruptura radical com as metanarrativas clínicas que conformaram os surdos à condição da anormalidade, do corpo deficiente, circunscrito à audiologia e à educação especial.

Embora se trate de um clássico na área de educação de surdos, foram poucos os privilegiados<sup>2</sup>, no Brasil, que puderam ter acesso à consistente análise histórica e denúncia vigorosa oportunizada por Sánchez, já que a publicação nunca foi traduzida para o português. O livro guarda a simbologia de uma obra clandestina que, pela implacável denúncia que promoveu, foi relegada a um semianimato.

São doze os capítulos que compõem a obra. Ao avançar na leitura, sentimos-nos como estrangeiros que se aproximam da história e da cultura de um povo oprimido – o povo surdo –, tal qual a metáfora do passeio pelas galerias de um museu, anunciada pelo escritor surdo britânico Paddy Ladd, em seu livro *Understanding Deaf Culture*, já que cada capítulo equivale a uma porta de um anexo de “reliquias colonialistas” que, ao fim, conduz para as galerias de pinturas e obras que descortinam uma realidade ainda desconhecida, posto que distanciada da tradição logopédica dos manuais clínicos que sedimentaram as bases da educação de surdos no território da anormalidade durante o último século.

Já no Prefácio da obra, temos ideia do acento valorativo que sua enunciação assumirá aos denunciar as infâmias que marcaram a história da surdez, assemelhando as práticas de discriminação e injustiça, envolvendo cidadãos movidos por nobres intenções às barbáries cometidas na Inquisição ou na escravatura.

Segundo suas próprias palavras, o texto não objetiva apresentar uma história documental, mas contribuir com reflexões acerca da arbitrariedade e fragilidade dos argumentos que levaram o Oralismo a ser um projeto hegemônico na educação de surdos, bem como denunciar os impactos destrutivos e irreparáveis que esse modelo teve na vida das pessoas surdas. De modo complementar, dedica-se a demonstrar os movimentos de resistência surda ao longo da história

<sup>2</sup> Agradeço a Karin Strobel, ativista surda e atual presidente da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – Feneis que me apresentou a obra, por ocasião da escritura de minha dissertação de mestrado sobre educação de surdos, em 1996.

e sua ruptura com o grande Outro opressor, materializado na forma ouvinte e nas práticas de imposição de sua língua e seus modos de produzir e perceber a linguagem pela via oral-auditiva.

Essa ruptura promove a instauração de um corpo cultural surdo que se configurou com membros espalhados por todos os continentes, no qual a língua de sinais se capilarizou por vasos e artérias ao redor do mundo, mantendo vivo e fazendo pulsar o coração da comunidade surda na luta em favor de sua cultura e língua próprias que a liberta da escravidão do Oralismo.

Devemos destacar a estrutura narrativa adotada por Sánchez que, embora aborde fatos históricos enunciados em uma linha temporal sequencial, que retoma da Antiguidade aos dias atuais, não representa uma cronologia linear, isenta das contradições e embates ontológicos à historicidade das lutas de classe. Sua narrativa apresenta uma circularidade e simultaneidade motivadas não, talvez, por razões estilísticas, mas, sugiro arriscar, por questões ideológicas da compreensão da história como um processo cíclico de rupturas e descontinuidades.

Assim, os capítulos se sucedem com retomadas temáticas que, progressivamente, ganham densidade e profundidade ao demonstrar que a educação de surdos não se resume a mera historiografia dos feitos de famosos personagens (obviamente não surdos) que a empreenderam, como é comum constar na literatura oficial. O exercício de retomadas que somos levados a fazer na leitura, são uma estratégia consciente e elucidativa em demonstrar que “onde há poder, há resistência”, nas palavras de Foucault (1979), que constituem o pano de fundo de muitas das reflexões que demonstram que os surdos protagonizam sua história e não são meramente objeto dela.

## **A obra dissecada**

Como, desde os primórdios da civilização, a racionalidade surda é colocada em xeque por não se expressar pela fala, é que no capítulo I - “A manera de introduccion” Sánchez dedica-se a conceituar questões relacionadas à linguagem, argumentando que a cultura surda se manifesta, sobretudo, pela produção de um sistema linguístico legítimo e produtivo – a língua de sinais. Considerando que a deslegitimação desse estatuto linguístico pelos oralistas foi o principal argumento para negá-la à comunidade surda é fundamental o debate conceitual que promove, cuja finalidade é ampliar a concepção de comunicação humana, para além da fala. Recorre ao arcabouço teórico da linguística gerativa para sustentar a tese central da faculdade inata da linguagem e dos universais lin-

guísticos para demonstrar a legitimidade da língua de sinais para os surdos à semelhança da oralidade para os ouvintes.

Ao destacar os critérios que constituem as línguas naturais, Sánchez nos brinda com uma didática apresentação dos efeitos da modalidade visual-espacial das línguas de sinais, em comparação ao meio oral-auditivo das línguas orais, com base nos estudos pioneiros de William Stokoe, cuja obra inaugurou o terreno conceitual e metodológico da linguística das línguas sinalizadas, oferecendo um ponto de partida para a descrição das demais línguas de sinais no mundo todo. A estrutura não linear de sua obra, retoma e aprofunda as investigações de Stokoe, no capítulo XI - “Hablar a cada uno su lengua”, ampliando suas reflexões para o terreno da sociolinguística e da psicolinguística ao tratar dos fundamentos da educação bilingue para surdos e das relações de poder entre a língua de sinais e as línguas orais de prestígio e seus falantes.

Ambos os capítulos abordam o debate da variação linguística e os fenômenos da variação diacrônica, diatópica e diastrática para demonstrar o movimento no tempo, no espaço e nas esferas sociais, reafirmando que as línguas de sinais estão vivas, em transformação, adaptando-se às exigências sempre renovadas da comunicação humana e de suas necessidades históricas.

Mesmo não sendo um linguista, Sánchez apresenta consistentes e aprofundados conhecimentos na área da linguagem com contribuições de seus mais renomados representantes, como Chomsky (linguística gerativa) e Labov (sociolinguística), oportunizando a desmistificação de narrativas que por anos afirmaram os prejuízos que a língua de sinais traria ao desenvolvimento das crianças surdas, caso fosse aprendida, em oposição à oralidade: sua inferioridade gramatical; sua interferência na aprendizagem da fala, uma vez que traria comodidade às crianças, pelas inúmeras facilidades no processo de aquisição; sua reduzida capacidade de abstração, e assim por diante.

A discussão oferece ao leitor subsídios teóricos importantes à sustentação da necessidade de se planejar uma proposta de bilinguismo para surdos, na qual a língua de sinais funcionaria como primeira língua, assegurando uma comunicação eficaz, um desenvolvimento cognitivo adequado e as bases para uma aprendizagem consistente. A defesa do ensino da modalidade escrita da língua oral oficial dos pais é apresentada para manter as possibilidades de comunicação com o mundo ouvinte, nunca como um conhecimento para substituir a língua de sinais, mas para complementar a comunicação e a aprendizagem de pessoas surdas.

A partir dessa breve introdução, mais voltada a um debate conceitual no campo da linguagem, passamos a compreender o caráter histórico da educação de surdos como uma construção em movimento, que pode ser sintetizada em três grandes períodos:

- As primeiras iniciativas na educação de surdos, na Idade Média e Renascimento, de caráter individual (para os nobres) e coletivo (para as massas), que utilizavam sinais, datilologia, fala e escrita, de forma combinada, nas práticas desenvolvidas.
- A institucionalização da educação de surdos, a partir do século XVIII e a dicotomização que passou a opor a ação de **gestualistas** e **oralistas**, cujo embate metodológico (que se estende aos dias de hoje) resultou na hegemonia da filosofia oralista e sua narrativa mestra da surdez como uma deficiência a ser tratada e dos surdos como anormais a serem curados.
- Os movimentos de resistência surda e a retomada da língua de sinais na educação, ora em uma perspectiva reformista de identidade entre Oral e Gestual, representada pela filosofia da Comunicação Total, ora em uma perspectiva de ruptura total com o Oralismo e sua ideologia, representada pelos defensores da educação bilíngue.

### *O primeiro período: a educação de surdos em seu começo*

Os capítulos dois e três intitulados “A educacion del sordo em sus comienzos” e “Una pedagogia para corregir” apresentam um detalhado panorama da educação dos surdos nos seus primórdios nos séculos XVI e XVII, demonstrando que as experiências educacionais desenvolvidas nesse período não se ocupavam da oposição língua de sinais/língua falada como um dilema. Os feitos dos pioneiros educadores de surdos no contexto europeu buscavam suplantar a equivocada visão sentenciada por Aristóteles, na Antiguidade, de que os surdos eram seres irracionais por estarem privados da palavra falada, que era compreendida como o conteúdo que nutria o pensamento.

Das referências históricas dessa época, têm destaque as reflexões que Sánchez realiza sobre a liberdade de uso da língua de sinais pelos surdos em um momento em que a forma de organização material da vida, circunstanciada em relações campesinas, desfavorecia a formação de comunidades linguísticas e, portanto, a difusão e manifestação de sua língua. Certamente, ao se comunicar por sinais com os ouvintes ao seu entorno, esse sistema gestual circunscrito a referências e situações concretas não podia ser compreendido como um sistema linguístico organizado, mas como uma possibilidade de manifestar suas necessidades elementares e imediatas.

Notem que, mesmo que a língua de sinais não fosse reconhecida como um código linguístico de uma comunidade, era encarada como uma forma de manifestação da linguagem e, portanto, de “humanidade” citada, por exemplo, pelo Papa Inocêncio III que autoriza, em 1198, o casamento de um “mudo”

argumentando que “ele que não poderia falar, em sinais pudesse se manifestar” (PERELLÓ, 1978 *apud* SÁNCHEZ, 1990).

Ainda que os métodos utilizados pelos pedagogos da época fossem mantidos em segredo, especula-se sobre a centralidade que a língua escrita ocupava nesse processo, o que Sánchez destaca como a gênese das discussões que hoje se realizam sobre a alfabetização de surdos. Ao ilustrar a surpreendente declaração realizada pelo educador Girolamo Cardamo, em meados de 1500, na qual ele afirma a possibilidade de surdos aprenderem a ler e escrever pela mediação da língua de sinais, abdicando do apoio da oralidade nesse processo, demonstra a vanguarda desse princípio nas práticas educativas realizadas há mais de quatrocentos anos, em oposição ao conservadorismo e resistência em admitir essa possibilidade na pedagogia linguística contemporânea.

O panorama histórico descrito por Sánchez revela, portanto, a consistência das pioneiras e pontuais experiências relatadas nos séculos XVI e XVIII e os extraordinários resultados que apresentaram. Ainda que possamos conjecturar a impossibilidade de conhecer as técnicas utilizadas em profundidade e o possível exagero que possa permear os relatos registrados, é inegável que os resultados vinham ao encontro das expectativas do que as famílias nobres queriam obter para seus filhos.

De concreto, Sánchez destaca como características marcantes desse período pioneiro de experiências educativas: o ensino da fala e da leitura labial; a utilização da soletização manual como apoio para o ensino da escrita; e a educação de caráter individual, dispensada a poucos jovens surdos oriundos de famílias nobres e influentes, desenvolvida por preceptores, cujo objetivo era manter direitos de herança e propriedade que pudessem lhes ser negados em função da condição da surdez.

O Renascimento (séculos XV e XVI), contexto em que o homem passa a ser definido como a medida para todas as coisas, em oposição ao determinismo teocêntrico do mundo feudal, traz significativas rupturas com as tradições ideológicas medievais e contextualiza as primeiras experiências coletivas de educação de surdos, em função do florescimento das cidades e da economia urbana e mercantil que se instaurava.

Sánchez aponta a confiança filosófica que se tinha no potencial humano, que impulsionou um desenvolvimento de conhecimentos sem precedentes em todas as áreas, como princípio que contribuiu para atestar a hipótese da humanidade dos surdos, a despeito de possíveis limitações impostas pela surdez, derivando diferentes maneiras de educá-los e comprovar que os conhecimentos não são verdades imutáveis, mas construtos humanos.

A origem das primeiras aglutinações de surdos ao final da Idade Média, com a formação e proliferação das cidades, cuja concentração da população nos

centros comerciais dava forma à nova organização da economia política dos homens, teve impactos sobre a organização comunitária dos surdos. A formação das primeiras comunidades surdas, que se consolidam no século XVIII, favoreceu o intercâmbio necessário ao florescimento e difusão de suas manifestações culturais, cujo símbolo mais significativo é a língua de sinais:

*sordos comunicándose entre ellos mediante una lengua que sorprendía por su precisión y rapidez, sordos que podían comprender y expresar ideas por medio de la lengua escrita, no admitían la menor duda en cuanto a su humanidad, a los ojos de cualquier observador inteligente, y los renacentistas lo eran* (SÁNCHEZ, 1990, p. 42).

### *O segundo período: as forças do Oralismo triunfante*

Essas oportunidades gozadas pelos surdos, que acabaram lhes sendo negadas posteriormente, são o objeto das reflexões de Sánchez nos capítulos intermediários (III a VII), nos quais o autor detalha com um acento trágico, digno de observação, os pressupostos e práticas que sustentaram cientificamente a medicalização da surdez e as grandes narrativas que relegaram os surdos ao território discursivo da anormalidade, submetendo-os à reclusão, à exclusão e à marginalidade social.

Em busca de compreender e explicar o amplo e complexo feixe de variáveis que determinou a oposição a toda forma de comunicação que não fosse a oral, predominante no século XVIII, que resultou em um evidente retrocesso na educação de surdos, Sánchez dedica-se a analisar as condições econômicas e sociais da época, buscando delinear a ideologia que emoldurou esse contexto, cujos efeitos incidem sobre a convicção de muitos dos oralistas contemporâneos.

A sociedade mercantilista emergente no desenvolvimento industrial, ainda incipiente da nova ordem econômica, oriunda da crise que pôs fim ao regime feudal, povoou as cidades com uma legião de indigentes que migraram do campo para buscar meios de subsistência em relações de trabalho não mais pautadas na servidão ou vassalagem. Como não havia trabalho para todos, a massa de improdutivos, vagabundos e miseráveis que mendigava e roubava para sobreviver precisava ser controlada a fim de que não representasse uma ameaça na lógica de organização da nova ordem burguesa em formação.

Com referências às categorias foucaultianas, Sánchez explica como a institucionalização em asilos, hospitais e manicômios, daqueles que se encontravam à margem do novo regime, operou como mecanismo de disciplinamento dos corpos

e mentes por meio do confinamento e reclusão. A distribuição da marginalidade em espaços controlados permitiu exercer a vigilância e a repressão da massa de desocupados que não poderia ser incorporada pela manufatura emergente, ou resistia às regras do jugo capital-trabalho que capturava a mão de obra barata da população pobre que tomava as cidades.

A institucionalização da anormalidade dos loucos, marginais, doentes, deficientes e surdos em cadeias, manicômios e escolas exigia a aplicação de uma pedagogia corretiva que buscava disciplinar corpos e mentes para adaptar-se a nova ordem. Para Sánchez, esse é o cenário institucional e ideológico da gênese do oralismo e de suas práticas de disciplinamento dos corpos surdos.

No âmbito da ciência, as teses que buscaram atribuir cientificidade às nefastas práticas de tratamento e cura que foram lançadas a cabo pelo Oralismo para (des)humanizar os surdos tiveram seus pilares fundamentados na Medicina, na Fonética e na Eletroacústica.

Na esteira do pensamento filosófico que emergiu no Renascimento, situam-se os marcos de uma teoria racionalista da linguagem inaugurada pelos gramáticos de Port Royal (1660) buscando demonstrar que as línguas, como representação do pensamento (espírito), obedeciam a princípios racionais e lógicos que seriam generalizáveis, conferindo certa universalidade às línguas faladas (certamente aquelas de prestígio do mundo civilizado). Essa identidade entre língua(gem) e representação do pensamento, acarreta inferências no campo da pedagogia da oralização, no sentido de que a inexistência ou problemas de fala seriam sintomas de problemas no campo do conhecimento, dado o pressuposto de que perfeição e clareza na oralidade seriam manifestações de uma mente/espírito que conhece. Reforçavam essa tese os estudos experimentais da Fonética, à época, e seu objeto – os sons da fala – como elementos definidores da organização gramatical da língua, demonstrando a superioridade da palavra falada como meio privilegiado de manifestação da racionalidade e, consequentemente, de humanidade.

No capítulo IV, “Las fuerzas Del Oralismo triunfante”, Sánchez dedica-se a apresentar a tomada definitiva do poder pelos oralistas, a despeito dos movimentos de resistência dos gestualistas. Destaca as experiências desenvolvidas por L’Epée – fundador da primeira escola pública de surdos, em Paris – em colaboração com professores surdos franceses. Ainda que em vários países europeus haja um movimento revolucionário de formação de comunidades linguísticas de surdos (compartilhadas por ouvintes), que favoreceu o florescimento cultural e sua participação política como nunca antes havia sido possível na história, as forças reacionárias da comunidade majoritária fizeram sucumbir esse processo.

Em “La Primavera Del gesto”, subtítulo atribuído a uma das seções (em uma possível alusão à Primavera de Praga – 1968, e o caráter reformista do mo-



vimento liderado pelos comunistas tchecos), Sánchez demonstra que esse breve período dos anos de 1800 que demarca a fundação de importantes escolas com orientação gestualista na Europa e Estados Unidos não contribuiu para consolidar e promover a língua de sinais dos surdos. Justifica o caráter secundário atribuído à língua de sinais pelos ouvintes que, progressivamente produziram um sistema híbrido que combinava elementos da língua oral como metodologia para que os surdos adquirissem habilidades orais. Os “sinais metódicos” inventados para apoiar o aprendizado da escrita e da fala, passaram a “contaminar” e tornar-se o meio de comunicação privilegiado, em lugar da língua de sinais, secundarizando o protagonismo dos professores surdos em relação aos professores ouvintes.

Para Sánchez, nesse período consubstanciam-se as primeiras práticas que, posteriormente, foram defendidas no Congresso de Milão (1880), instância que simboliza o banimento dos professores surdos das escolas e a proibição da língua de sinais pelos surdos, promovendo o holocausto linguístico que promoveu a primazia da oralidade sobre a “gestualidade”.

O oralismo triunfante, a partir da segunda metade do século XIX, demarca o período cunhado por Sánchez como de “medicalização da surdez” que, alinhado às demais práticas contemporâneas de transformação da diferença em enfermidade (Pinel e os loucos), justifica a institucionalização e a pedagogia terapêutica dispensada no tratamento aos surdos.

A medicina passa a encarregar-se não apenas da surdez, desdobrando seus experimentos para capturá-la, tratá-la, curá-la, mas também da educação de surdos, mobilizando tratamentos terapêuticos para, se não eliminá-la, pela limitação de suas possibilidades, invisibilizá-la: fazer com que os surdos falassem como ouvintes e impedir que se expressassem por sinais. A escola de surdos torna-se um espaço clínico, os professores passam a desenvolver práticas terapêuticas, a surdez passa a ser capturada pela medicina e seus procedimentos que buscam suprimir as diferenças dos surdos como *“como se suprime o sintoma de una enfermedad, porque esa diferencia es percibida como algo indeseable, como una amenaza para los normales”* (SÁNCHEZ, 1990, p. 61).

O caráter ideológico do discurso oralista de correção da anormalidade dos surdos traveste-se de argumentos científicos para ser digerível, incontestável, e toma emprestado os avanços da eletroacústica, das práticas clínicas de reabilitação foniátricas e toda sorte de tecnologias da audição e da fala a serviço da manipulação ouvintista da alteridade surda, resultando em um paradoxal e contraditório perigo: “a técnica se incorpora não para a superação do sistema vicioso, mas para sua fixação” (ZIKOV, 1981 *apud* SÁNCHEZ, 1990, p. 60).

É esse o contexto ideológico que consolida o segundo período histórico na educação de surdos, a partir do século XVIII, no qual o grande debate pedagógico resumiu-se a uma disputa linguística em que se opõem gestualistas – defensores

da utilização de sinais – e oralistas – adeptos unicamente do ensino da fala e da leitura labial. Essa oposição atravessa os séculos posteriores, desafiando argumentos pró e contra fala *vs.* sinais como foco da educação de surdos.

Os capítulos V - “La palabra y el gesto em los Estados Unidos”, VI - “La observacion de los comportamientos”, VII - “Asi se ensinaba a hablar” e VIII - “Y no se aprendia nada” são dedicados a detalhar, com a profundidade necessária ao nosso espanto e indignação, as principais teses que configuraram a arqueologia do saber oralista e sua hegemonia durante os séculos XIX e XX.

Sobretudo, tem destaque a origem da introdução dos aparatos tecnológicos para amplificação sonora, a partir da experiência estadunidense de implantação das primeiras escolas orais, que definiram as bases para as futuras tecnologias da cura que resultaram na produção de uma geração de ciborgues surdos com a indústria dos aparelhos auditivos e implantes cocleares como apoio à estimulação e discriminação auditiva.

As práticas terapêuticas contaminaram as escolas, convertendo-as em espaços clínicos exclusivamente destinados ao ensino da fala. O desaparecimento de objetivos e conteúdos pedagógicos, a renúncia do seu papel docente pelos professores, limitando-se a cumprir a missão de normalização dos surdos por meio da reabilitação da audição e da fala, no entanto, não contribuiu para o êxito anunciado e, na segunda metade do século XX, o oralismo iniciava sua derrocada.

Os capítulos finais (IX - “La alternativa soviética, X - “Dejemos hablar al gesto”, XI - “Hablar a cada uno su lengua” e XII - “Al fin sordos!”) representam a contribuição mais efetiva para o campo de uma nova epistemologia da surdez e dos surdos, detalhando fatos e contribuições científicas que deram consistência a emergência de concepções e práticas sócio-antropológicas da surdez. Sánchez advoga a ruptura radical com o território discursivo da anormalidade e da educação especial, no qual o oralismo circunscreveu os surdos por mais de cem anos, e apresenta os pilares para novas representações e narrativas sobre os surdos como grupo cultural.

As experiências desenvolvidas pelos soviéticos merecem um capítulo à parte, pelos claros avanços da compreensão da linguagem como um território semiótico que se consubstancia para além da fala, sob a influência das ideias de Vygotsky, que condenou o ensino de aspectos formais da linguagem (fonética articulatória e estrutura gramatical), em detrimento de sua função principal: ser meio de comunicação.

O reconhecimento dos sinais como conteúdo semiótico indispensável ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos surdos é uma das teses que mobiliza novas investigações e práticas pedagógicas do que é conhecido como neo-oralismo, uma tendência um pouco mais recuada em relação ao intransigente oralismo puro.

Somando-se à mudança de enfoque possibilitada pelos soviéticos, Sánchez cita a proliferação de programas de intervenção precoce, a partir da década de 1970, que incorporaram princípios dos métodos naturais na educação, defendido por Pestalozzi e Froebel, em práticas que passaram a ser adotadas na educação de surdos: a utilização da família como modelo institucional, o emprego de gestos naturais para estabelecer a comunicação, a adoção da comunicação oral-manual simultânea como recurso; o uso do alfabeto manual; o ensino precoce da leitura e escrita; a disposição de uma atmosfera natural, informal e tranquila para facilitar o desenvolvimento da fala e da linguagem e a integração de surdos e ouvintes, precocemente.

*Por fim, o terceiro período: deixemos falar o gesto*

A incorporação desses argumentos pedagógicos gerais ao campo educacional aliado aos movimentos sociais que passam a reivindicar o reconhecimento das diferenças dos surdos, a partir da década de 1970, sedimentam as bases para o terceiro período histórico na educação de surdos.

Na esteira do multiculturalismo, sobretudo nos Estados Unidos, movimento político em que minorias reivindicam o direito à diferença racial, de classe, de gênero, de orientação sexual, entre outras, insurgem atos de protesto contra os modelos de dominação cultural vigentes, reivindicando como tônica a luta pelos direitos civis e a maior participação social de grupos marginalizados. Nesse campo, têm destaque a análise das relações de poder e colonização exercidas na sociedade, a reconstrução da história da comunidade e suas especificidades culturais, a ressignificação das práticas educacionais em função das necessidades e diferenças do grupo, entre outros.

A retomada do “*gesto donde lo habíamos dejado a principios del siglo*” (p. 132), no entanto, enfrenta ainda uma cruzada do ponto de vista do embate que ainda haveriam de enfrentar os defensores da educação bilíngue como proposta política e pedagógica que contemplasse as diferenças linguísticas e culturais dos alunos surdos.

A filosofia da Comunicação Total, cuja gênese circunstancia-se à década de 1970, com grande força no contexto estadunidense, representa um período de transição entre políticas monolíngues e bilíngues na educação de surdos e recebe crítica contundente de Sánchez ao argumentar sobre a tese da identidade dos contrários, subjacente ao que ele chama de método simultâneo (ou bimodalismo). Para ele, a defesa da língua de sinais pelos gestualistas da Comunicação Total representou mera concessão ao “gesto” para admitir que a palavra falada poderia ser expressada em mais de uma forma: escrita, soletrada com as mãos ou sinalizada. Esses defensores dos gestos poderiam, segundo Sánchez, ser

denominados de “oralistas gestualistas”, já que não propõem a superação, mas, sim, a justaposição de fala e sinais em um projeto ideológico de continuidade. A normalização dos surdos permanece inalterada em suas bases.

*Al igual que muchos otros slogans educativos, la Comunicación Total obtuvo un amplio apoyo porque quería decir cosas diferentes para muchas personas diferentes. Em la generalidad de los casos Comunicación Total no significo más que ‘método simultáneo’: a los otros métodos, técnicas, entrenamientos y curricula, simplemente se agregaron gestos, sin que tuviera lugar ningún cambio em la filosofía (SÁNCHEZ, 1990, p. 137).*

A Comunicação Total pode ser comparada a uma “bolha” para criar um respiro para a crise estrutural enfrentada pelo Oralismo, fazendo concessões ao gesto na reedificação de seus pilares. A iniciativa de incorporar a terapêutica do gesto às práticas de oralização transforma-se, dialeticamente, no elemento nocivo que produz a sua destruição, com metástases incontroláveis de contaminação mímica (soletração manual e uso da língua de sinais) pelas salas de aula por onde foi adotada. A imagem que Sánchez utiliza é a da Comunicação Total como o “Cavalo de Tróia dos Gestos” que vence o inimigo internamente e, em dez anos, faz sucumbir o oralismo puro nos Estados Unidos e se capilariza por todos os continentes.

Ao fim, assumindo a defesa de uma educação bilíngue para surdos, Sánchez perfila dezenas de óbvios argumentos para considerarmos o bilinguismo dos surdos à semelhança de princípios e fundamentos linguísticos, (inter)culturais e pedagógicos de outras comunidades linguísticas minoritárias.

O último capítulo, “Al fin sordos!”, debate, ainda em forma embrionária, categorias fundamentais à edificação do território discursivo dos Estudos Surdos – linha de pesquisa alinhada aos Estudos Culturais em Educação – que ganha consistência a partir da década de 1990, no Brasil, tais como: comunidade surda, cultura surda, identidade surda, pedagogia surda e associação de surdos (valendo-se de síntese histórica dos movimentos surdos de Caracas), para citar alguns campos.

Em suas considerações finais dedica-se a detalhar os fundamentos para implementar a educação bilíngue para surdos como uma política linguística e educacional comprometida com suas necessidades: a configuração de um ambiente linguístico em sinais, a intervenção precoce, o “desenho” do currículo escolar, a importância da língua escrita e o ensino da língua oral como segunda língua (p. 148).

## **Gallo rojo, galo negro: não está morto quem peleia**

O livro *La increíble e triste historia de la sordera* representa um marco inquestionável na desconstrução da narrativa mestra sobre a surdez audiológica que produziu representações sobre os surdos como sujeitos deficientes, limitados e incapazes, significados pela experiência de ausências. Sem sombra de dúvida, trata-se de uma obra clássica na educação de surdos, sobretudo em sua perspectiva visionária dos fundamentos teórico-metodológicos que passariam a ser defendidos nas décadas posteriores, já sob a égide das políticas de inclusão.

Sua contribuição central remete ao exercício polifônico de apreender a historicidade da enunciação sobre qualquer objeto discursivo – os surdos e a surdez – o que significa demonstrar que nossos modos de dizer sobre algo representam a adesão ideológica a um universo saturado de valores e de tons sociais, no dizer de Bakhtin (1992), a palavra ensopada de posicionamento verbo-axiológico.

A ideia central do livro – se é que se pode resumir sua polifonia a uma única tese – remete ao desnudamento, à denúncia e à superação da opressão ideológica operada pelo Oralismo/Ouvintismo que vitimizou os surdos, em um claro apelo para nossa adesão ao movimento de enfrentamento e resistência que a ela se opõe.

Duas são as vozes que ele convoca para concluir o texto e explicitar sua intenção de que o livro não se reduz a uma contribuição acadêmica e retórica, mas a um chamamento para a luta: a crença que a prepotência, a segregação e o desprezo serão coisas do passado e “no tendrán una segunda oportunidad sobre la tierra”, em uma alusão aos Cem Anos de Solidão, de Garcia Marquez, e o trecho de uma canção que se tornou um hino contra a ditadura na Guerra Civil Espanhola, de autoria de Chicho Sánchez (seu parente?) Ferlosio, cantor espanhol anarco-comunista:

*Si es que yo miento  
Que El cantar que yo canto  
Lo borre El viento...  
Ai! Que desencanto  
Si me borrara al viento  
Lo que yo canto.  
(Gallo rojo, gallo negro- Sánchez Ferlosio)*

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALLO ROJO, GALLO NEGRO – SÁNCHEZ FERLOSIO. Disponível em: <<http://www.cancioneros.com/nc/6491/0/los-gallos-o-gallo-rojo-gallo-negro-chicho-sanchez-ferlosio>>. Acesso em: 04/04/2011.

SÁNCHEZ, C. *La increíble y triste historia de la sordera*. Merida, Venezuela: CEPROSORD, 1990.

Texto recebido em 07 de março de 2011.

Texto aprovado em 06 de abril de 2011.